

## APRESENTAÇÃO

### DOSSIÊ “ASPECTOS HISTÓRICOS DOS MÚLTIPLOS USOS DA ÁGUA. POLÍTICAS PÚBLICAS, CONFLITOS E INTERESSES”

Organizadores

*FÁBIO ALEXANDRE DOS SANTOS<sup>1</sup>*

*FABIANO QUADROS RÜCKERT<sup>2</sup>*

*LAURA ORTEGA<sup>3</sup>*

A água é um elemento essencial para a reprodução do ecossistema e seus usos envolvem múltiplas finalidades para além da manutenção da vida em todas suas formas: lazer, religiosidade, trabalho, transporte, geração de energia, irrigação, produção de bens, higienização etc. Observados de uma perspectiva histórica, estes múltiplos usos revelam inumeráveis conflitos, contradições, interesses que emergem das relações que se estabelecem entre os diferentes

---

<sup>1</sup> Doutor em História Econômica pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É Professor Associado e pesquisador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares e Análises Sociais (Leia-MQuant), da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). É membro fundador da Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Gestão da Água (Riega), da Rede de Pesquisa Geografia das Águas no Brasil (Regea), pesquisador do GT “Efeitos socioeconômicos e ambientais das reestruturações produtivas e das estratégias do capital sobre o trabalho e a classe trabalhadora” do “Observatório do Trabalho e da Classe Trabalhadora” do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) e integra a Cátedra de Sustentabilidade e Visões de Futuro da Unifesp. E-mail: [fa.santos@unifesp.br](mailto:fa.santos@unifesp.br).

<sup>2</sup> Doutor em História pela Unisinos e Doutor em Patrimônio pela Universidade de Jaén. Professor Adjunto de História na UFMS, lotado no Câmpus do Pantanal. Coordenador do Grupo de Pesquisa “Água, História e Ambiente”. Coordenador do Laboratório Interdisciplinar de Estudos Urbanos (Lieu). Membro fundador da Riega - Rede Interdisciplinar de Estudos Sobre a Gestão da Águas. E-mail: [fabianoqr@yahoo.com.br](mailto:fabianoqr@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Graduada em Ciências Políticas e Administração Pública pela Universidade Nacional de Cuyo (UNCUYO), em Mendoza, Argentina. Doutora em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade Nacional de Quilmes (UNQUI), em Bernal, Buenos Aires, Argentina. É professora e pesquisadora de Administração Ambiental na Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da UNCUYO. Integra também o Instituto Multidisciplinar de Ciências Ambientais da Secretaria de Ligação e Extensão (UNCUYO). Coordena projetos de pesquisa sobre a história e a gestão de recursos hídricos em Mendoza e na Argentina. É membro da Rede Interdisciplinar de Estudos em Gestão de Recursos Hídricos (Riega), do Rede Argentina de História Ambiental (Red-AHA), do Instituto de História Americana e Argentina vinculado à Faculdade de Filosofia e Letras (UNCUYO) e codiretora do Centro de Políticas Ambientais e Estudos sobre Mudanças Climáticas (FCPyS-UNCUYO).

agentes, setores e segmentos da sociedade envolvidos na distribuição dos recursos hídricos. A diversidade de interesses, os conflitos e negociações e as questões legais e educacionais que desafiam a gestão hídrica estão contempladas nos artigos que integram este dossiê que apresenta, como uma de suas principais características, a abertura para a interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade se manifesta na participação de pesquisadores procedentes de diferentes áreas do conhecimento e no reconhecimento de que existem questões que excedem as fronteiras disciplinares. Neste sentido, a interdisciplinaridade não se configura como “escolha” do pesquisador, mas como uma necessidade inevitável e um meio para compreender especificidades do uso das águas em diferentes territórios e em múltiplas temporalidades.

Apreender as nuances de cada temporalidade e explorar particularidades territoriais implica em considerar variáveis como as condicionalidades do crescimento populacional, da industrialização, da urbanização desordenada e desigual, da ação (ou inação) dos Estados, do conhecimento e do ensino, do aprimoramento técnico, da expansão das áreas de exploração agrícola potencializadas pelo uso de fertilizantes e pesticidas, do avanço da economia de mercado, dentre inúmeras outras relações envoltas à apropriação, utilização e muitas vezes de degradação do elemento químico H<sub>2</sub>O.

Historicamente, nos termos de Robert Marks (2018), a sociedade superou os limites e constrangimentos do antigo regime biológico, o que permitiu o aumento da produção a partir de energia inanimada de forma ininterrupta com a introdução de novas tecnologias e matérias primas, o aumento crescente do consumo e a difusão e reprodução do modo capitalista de se produzir. No processo, entretanto, advieram potencializações nos usos relacionados aos elementos da natureza, associado muitas vezes ao consumo tecnológico acrítico, como categoriza Nicolau Sevcenko (2001), que amplificou as alterações ambientais e impôs à sociedade os efeitos decorrentes das mudanças climáticas e uma gama de desastres ambientais, que vão das secas às enchentes, por exemplo. Como assinala Luiz Marques (2018, p. 636-637), os limites foram ultrapassados pela ação antrópica, impondo à realidade humana “uma contra-adaptação, na medida em que o habitat resultante será, provavelmente, mais

desfavorável ao homem que o anterior”. Nesta realidade vivemos em uma biodiversidade destruída, com desequilíbrios cada vez mais intensos dos elementos naturais, dentre eles nas águas, no clima, no ar, nos solos, na vegetação...

Portanto, refletir sobre os usos das águas, seus conflitos, interesses e relações implica em se debruçar sobre aspectos que estabelecem mediações fundamentais para o equilíbrio ecossistêmico. Implica também em reconhecer que a gestão e a governança das águas, enquanto construção social, majoritariamente se afastou da concepção de equidade, ou do que hoje se conceitua como justiça socioambiental. Neste sentido, acreditamos ser relevante a reflexão sobre a viabilidade de condições igualitárias de acesso à água e aos serviços de saneamento, além de reconhecermos a água como um Direito Humano. Em última instância, no que diz respeito ao uso das águas, a justiça socioambiental depende de condições democráticas e equitativas e da superação de práticas de exclusão determinadas pela condição socioeconômica do indivíduo ou por aspectos étnico-raciais, de gênero, de classe etc. (ACSELREAD, HERCULANO e PÁDUA, 2004).

Isto posto, a multiplicidade das abordagens presentes no dossiê representa a complexidade das relações, problemas e desafios que envolvem as águas em seus múltiplos usos e relações. Abrindo o dossiê estão as reflexões sobre a Argentina, em diferentes tempos e territórios. Clara Victoria Zuñiga Mendoza, em “Planejamento e uso da água nos bairros de José Clemente Paz, Buenos Aires, Argentina”, traz para o debate a desigualdade no acesso aos serviços de saneamento em uma região de Buenos Aires, marcada por uma urbanização crescente e acentuadamente informal associada à fragilidade político-institucional histórica, que revelam os abismos entre o crescimento populacional e a provisão de infraestrutura. Nesta dinâmica, a autora demonstra como práticas comunitárias reconfiguram a relação entre Estado e cidadania.

Também sobre o tema desigualdades, Melina Tobías em “Desigualdades em torno das infraestruturas de água potável e saneamento na área metropolitana de Buenos Aires: Uma abordagem histórica desde a ecologia política”, busca compreender e problematizar como em Buenos Aires (Argentina)

— uma área caracterizada por possuir abundantes fontes subterrâneas e superficiais de água — o acesso aos serviços de água e saneamento tem sido e continua sendo, limitado.

Percorrendo também o tema da institucionalização, Mariano Ferro, em “Institucionalización ambiental y paradigmas en disputa en el Delta del Paraná” aborda como as ações antrópicas impactaram aceleradamente uma das áreas úmidas mais importantes da Argentina entre 1994 e 2022, relacionando-as com as diferentes formas de gestão ao longo do tempo. Sustentando-se na perspectiva do novo institucionalismo, o autor busca compreender a trajetória histórica da região apontando seus ciclos, disputas e desafios, e, nelas, como as normativas foram sendo incorporadas pelas instituições para geri-la. Conclui que o paradigma ambiental é baixo, revelando tensões entre princípios jurídicos dominiais individualistas e direitos coletivos, cujos avanços, quando ocorridos, advêm da atuação de atores sociais, judiciais e científicos e não da coerência, talvez esperada, do Estado.

Em “‘A água do tempo’ construção de uma territorialidade hidro social vulcânica, Malargüe (Argentina)”, María Laura Langhoff traz para o debate as relações hidrossociais estabelecidas por famílias rurais assentadas nas encostas dos vulcões Payún Matrú e Payén Liso, na Reserva Provincial da Payunia (Mendoza, Argentina). A análise, baseada em entrevistas, permitiu identificar o uso de geoformas que atuam como reservatórios de água: pedras, poças e valas; revelando uma territorialidade hidro social com a ocupação histórica de um setor da Payunia que confere relevância cultural às formações vulcânicas.

Laura Ortega em “A represa e a usina hidrelétrica ‘El Carrizal’: uma combinação desenvolvimentista de desejos e frustrações (Mendoza, Argentina: 1958-1972)” apresenta um histórico sobre o planejamento e a construção destas obras hidráulicas que envolveu interesses provinciais, nacionais e internacionais. Ortega destaca o contexto político a partir do qual “El Carrizal” ganhou materialidade e aborda, a partir de fontes documentais, as discussões técnicas e as negociações políticas que possibilitaram sua execução.

Em relação ao México, Miguel Ángel Casillas, em “Os interesses políticos

e econômicos que ativaram a barragem de El Zapotillo, transformando-a em um enigma ambiental para o Rio Verde (México)”, apresenta uma discussão sobre os conflitos relacionados à construção de um projeto de infraestrutura específico. Aponta que a constituição e o posicionamento dos atores e macroatores, juntamente com os interesses e estratégias divergentes empregados durante os 15 anos de conflito, facilitaram sua resolução política, embora a preservação ambiental do Rio Verde não fosse a principal preocupação.

Abrindo os artigos sobre o Brasil, Najla Cristina Sorrini Medeiros, Igor Sant'Ana e João Victor Oliveira de Faria, em “Do Tamanduateí ao Chafariz da Misericórdia: a construção social da água em São Paulo colonial”, discutem a relação entre os cursos d'água e o processo de formação urbana e social da vila e cidade de São Paulo entre os séculos XVI e XVIII. As águas tomam formas vetoriais de povoamento, comunicação e subsistência, além de organizar o território, mas também de conflitos e apropriações. Desta forma, concluem que as águas regulavam diferentes níveis da realidade, da vida cotidiana aos mecanismos de dominação, o trabalho compulsório e a própria desigualdade no espaço urbano.

Eveline de Souza, em “Rio Tapajós: sociedade, trabalho e deslocamentos (1870-1910)”, utilizando-se de naturalistas e viajantes, busca apreender os aspectos sociais e econômicos envoltos aos entornos dos caminhos fluviais do rio Tapajós. Assim, revela questões importantes relativas à importância do rio como tributário da vida e da economia na região, entre eles questões relativas à paisagem, conhecimento sobre o território, a importância dos sujeitos locais (em especial os indígenas, ribeirinhos, canoeiros, guias e intérpretes), além dos desafios e limites que o rio impunha ao Estado.

Também associando as águas ao processo de urbanização, Carla Aparecida Nunes, em “Águas urbanas e modernidade: o manejo das águas em Mariana na Primeira República (1889–1915)” traz para o debate as práticas da Câmara Municipal de Mariana (MG) no enfrentamento das enchentes e as demandas por saneamento em Ribeirão do Carmo na virada do século XIX para XX. Segundo a autora, as ações expressavam a modernização almejada daqueles anos, com projetos de canalização, concessões de penas d'água,

limpeza de córregos, construção e manutenção de chafarizes e discussões sobre saneamento, pautadas pela visão dos engenheiros formados na Escola de Minas de Ouro Preto. Tais visões abarcavam as noções higienista e civilizatória, que excluía populações vulneráveis e reproduzia tensões históricas entre ocupação humana, ambiente natural e ordenamento do espaço urbano.

Em “Conflitos e usos das águas na Santana dos Olhos d’Água (1900-1957)”, Rodrigo Osório Pereira aborda os conflitos atrelados aos diferentes usos das águas na região de Feira de Santana (BA) e a privatização dos mananciais. Utilizando-se de processos-crime sobre conflitos e disputas por acesso aos mananciais, associado à interpretação crítica das relações de trabalho e da estrutura agrária, o autor demonstra o confronto que se estabeleceu entre o direito coletivo e o bem privado. Ademais, indica como hierarquias sociais de classe, raça e gênero avolumavam as disputas em meio a resistências populares, racionalidade produtiva e privatização dos recursos.

Leonardo do Couto Gomes, Leticia Cristina Lima Moraes e Divino Marcos de Sena, em “Entre banhos, festejos e remos: experiências fluviais de lazer em Corumbá (final do século XIX e início do século XX)”, o foco se concentra nas experiências fluviais que tomaram forma em Corumbá (MS) na virada do século XIX para o XX, colocando em evidência os banhos nus, as festividades religiosas e as regatas como manifestações culturais envoltas às águas, as quais simbolizam as transformações econômicas, sociais e culturais da cidade e seus costumes.

Monique Medeiros e César Martins de Souza, em “Tecnopolítica e disputas hídricas no avanço do agronegócio rizicultor no Marajó”, coloca em discussão as práticas tecnológicas vinculadas ao agronegócio (rizicultura irrigada), demonstrando as tensões geradas no acesso à água na região dos campos do arquipélago do Marajó (Pará). Por meio de enfoque interdisciplinar combina análise histórica, documental e pesquisa qualitativa com comunidades quilombolas, revelando a complexidade das dinâmicas socioambientais em disputa. As tecnologias, segundo os autores são interpretados como dispositivos políticos, reconfigurando territórios e relações sociais, mas não de forma uniforme ou absoluta, o que revelou conflitos e desafios, mas não sem

resistências e geração de conhecimentos.

Fábio Alexandre dos Santos se debruça sobre a implementação de políticas públicas para o setor de saneamento no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), relacionando-as com a intenção varguista de “reconstruir a nação”. Na conjuntura em análise a noção de saneamento, aponta o autor, serviu de mediadora entre diferentes objetivos, entre eles políticos, econômicos e sociais. Entre as conclusões destaca a identificação do arquétipo de saneamento de Vargas para além do aspectos físico-químicos dos serviços de saneamento, englobando convicções moralizantes que visavam o controle do trabalhador que, estando sadio e disponível ao mundo do trabalho, contribuiria para a reprodução ampliada do capital, atendendo aos requisitos do nacional-desenvolvimentismo, então em formação.

Pensando a água e sua abordagem no currículo nacional da educação, Natiely Quevedo Moss e Lourdes Aparecida Della Justina, em “O tema da água da Base Nacional Comum Curricular: algumas implicações à formação de professores na perspectiva da epistemologia bachelardiana” apresenta uma análise sobre como o tema “água” é contemplado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de forma a aferir seu tratamento com possíveis obstáculos e perfil epistemológico bachelardiano. As autoras apontam que as águas, na maioria das vezes, são tratadas espontaneamente e pouco contextualizadas, predominando uma visão utilitária no seu tratamento; ainda, destacam a importância do papel do “professor(a)” no estabelecimento de mediações pedagógicas entre águas e diferentes “realidades” que a cercam para o efetivo entendimento da temática.

Em “Governança e gestão preventiva de riscos em desastres socioambientais: o caso da barragem da Samarco/Vale/PHP”, de Lissandra Lopes Coelho Rocha e Eunice Nodari, a preocupação se centra na análise ecossistêmica e interdisciplinar de um modelo de governança ambiental compreendido como reativo diante de desastres ambientais, como foi o caso do rompimento da barragem de Fundão, em 2015, em Mariana (MG). Assim, o artigo coloca em perspectiva uma abordagem alternativa de governança baseada na prevenção e na precaução, com destaque para a inclusão dos

saberes locais e da consideração da bioculturalidade como parâmetros de ação.

Em “Emergência climática e governança da água: desafios críticos”, Wagner Costa Ribeiro, Fabiana Pegoraro Soares e Cássia Natanie Peguim também colocam o tema da governança em discussão, porém em uma perspectiva global, trazendo um balanço sobre o tema e apontando como as catástrofes, cada vez mais sem precedentes, atingem populações mais vulneráveis da população. Adensando a precariedade e a exclusão, apontam como a governança da água tem sido alvo de privatização, prejudicando seu tratamento enquanto substância essencial à reprodução das formas de vida. Por isso, concluem como imperativo repensar o acesso à água diante de cenários de escassez ou desastres como forma de construção de justiça socioambiental.

Por fim, vale ressaltar que originalmente este dossiê visava reunir essencialmente os trabalhos apresentados no simpósio “Aspectos históricos y económicos de los múltiples usos del agua. Políticas públicas, conflictos e intereses (siglos XIX-XXI)”, realizado no VIII Congresso Latino-americano de História Econômica (Cladhe VIII), realizado em Montevideo (Uruguai) em dezembro de 2024. Para nossa grata surpresa, os artigos recebidos extrapolaram a intenção inicial, avolumando ainda mais as contribuições destes deste dossiê para debates tão necessários e urgentes. Em essência, estes artigos – que trazem diferentes temporalidades, realidades e territórios como objeto – colocam em evidência a relevância da reflexão histórica sobre as águas no tempo (passado) para se compreender o presente e construir um futuro com justiça socioambiental.

São Paulo (Brasil), Corumbá (Brasil), Mendoza (Argentina).

Dezembro de 2025.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selena; PÁDUA, José Augusto (orgs.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fundação Ford, 2004.



MARKS, Robert B. *Mundo global*. Lisboa: Clube do Autor, 2018.

MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. 3.ed., Campinas: Edunicamp, 2018.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI. No loop da montanha russa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.